



XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 4 – Produtos, Serviços, Tecnologia e Inovação

A importância do ensino de boas práticas de pesquisa na era da Inteligência Artificial

The Importance of Teaching Good Research Practices in the Age of Artificial Intelligence

Maria Pedroso Teixeira – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) –
marianap@unicamp.br

Wanilson Luiz da Silva – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) –
wanilson@unicamp.br

Resumo: O trabalho analisa a importância do ensino de boas práticas de pesquisa frente aos desafios éticos impostos pela Inteligência Artificial. A partir de um estudo de caso na disciplina Seminários do Instituto de Geociências da UNICAMP, com participação da Biblioteca Central Cesar Lattes, aplicou-se abordagem teórico-prática sobre ética, autoria e direitos autorais. Os resultados evidenciam redução significativa na similaridade textual dos trabalhos acadêmicos, indicando maior consciência crítica dos estudantes. Conclui-se que a integração entre biblioteca e docência fortalece a integridade científica e promove o uso responsável da IA na produção acadêmica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Ética em Pesquisa. Integridade Acadêmica. Direitos Autorais. Biblioteca Universitária.

Abstract: The study analyzes the importance of teaching good research practices in light of the ethical challenges posed by Artificial Intelligence. Based on a case study conducted in the *Seminars* course of the Institute of Geosciences at UNICAMP, with the participation of the Central Library Cesar Lattes, a theoretical and practical approach was applied to topics such as ethics, authorship, and copyright. The results show a significant reduction in textual similarity in academic papers, indicating greater critical awareness among students. It is concluded that the integration between the library and teaching strengthens scientific integrity and promotes the responsible use of AI in academic production.





Keywords: Artificial Intelligence. Research Ethics. Academic Integrity. Copyright. Academic Library.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de boas práticas de pesquisa tem ganhado protagonismo nas instituições de ensino superior, sobretudo diante de um cenário em que a integridade acadêmica é desafiada por práticas fraudulentas. A crescente pressão por publicações, muitas vezes associada à progressão na carreira acadêmica e à obtenção de financiamento, contribui para um ambiente propício a comportamentos antiéticos, como o plágio e a fabricação de dados. Essas práticas comprometem não apenas a credibilidade da produção científica, mas também a confiança da sociedade na pesquisa, tornando urgente a disseminação de princípios éticos e responsáveis.

Nesse contexto, a popularização de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA) traz novos desafios à integridade acadêmica. A facilidade de gerar textos, resumos ou até artigos completos com o auxílio da IA pode, se mal utilizada, levar à apropriação indevida de ideias alheias ou à reprodução de conteúdos protegidos por direitos autorais, sem a devida atribuição. Embora a IA em si não possa ser criminalizada, o uso irresponsável por parte de pesquisadores pode configurar infrações éticas e legais, conforme previsto na Lei de Direitos Autorais (LDA) brasileira¹.

A ausência de políticas específicas sobre o uso da Inteligência Artificial na produção acadêmica ainda abre margem para interpretações variadas e práticas questionáveis. Esse cenário evidencia a necessidade de formar pesquisadores conscientes dos limites éticos e legais envolvidos no uso dessas tecnologias. Ferramentas de IA, embora ampliem as possibilidades da pesquisa científica, também trazem riscos relevantes, como o favorecimento do plágio, a reprodução não autorizada de conteúdos protegidos e o comprometimento da integridade acadêmica.

Frente a esses desafios, instituições de ensino e agências de fomento vêm avançando na construção de diretrizes para orientar o uso responsável da IA. Um exemplo é a Política Institucional de Boas Práticas e Integridade em Pesquisa da

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.



Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenada pela Comissão de Integridade em Pesquisa (CIP), que busca promover ações éticas e transparentes em todas as etapas do fazer científico. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a credibilidade da produção acadêmica em um contexto cada vez mais mediado por tecnologias emergentes (UNICAMP, 2021).

Diante desse cenário, torna-se urgente refletir sobre os limites éticos e legais no uso da IA, especialmente no ambiente universitário, onde a formação de futuros pesquisadores deve ser pautada pela responsabilidade e pela conformidade com as boas práticas de pesquisa. A falta de regulamentações específicas sobre o uso de IA no Brasil, aliada ao desconhecimento sobre a LDA e as políticas institucionais de integridade, justifica a necessidade de estudos que promovam a conscientização, o debate e a elaboração de orientações claras para o uso responsável dessas tecnologias no meio acadêmico.

A formação em ética e boas práticas de pesquisa desde os primeiros anos acadêmicos se faz necessária para preparar estudantes a atuarem com responsabilidade, originalidade e respeito à legislação. Com o avanço das tecnologias, especialmente o uso de IA na produção científica, surgem novos desafios éticos e legais, como o risco de plágio e a violação de direitos autorais. Este artigo analisa esses impactos à luz da legislação brasileira e apresenta a experiência da disciplina *Seminários* do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp como exemplo de formação voltada à integridade acadêmica. A disciplina foca na análise detalhada de aspectos teóricos e práticos essenciais para a estruturação de projetos de pesquisa e redação de artigos científicos. Esse enfoque é fundamental para fornecer clareza e contextualização ao manuscrito, garantindo que os estudantes desenvolvam habilidades robustas tanto na concepção de estudos quanto na comunicação eficaz dos resultados científicos. A partir desse relato, propõe orientações práticas para fortalecer a cultura ética e apoiar o desenvolvimento de políticas institucionais frente às novas tecnologias.

Ao incorporar o debate sobre ética, uso de tecnologias como a IA e o respeito aos direitos autorais nas atividades de sala de aula, as universidades fomentam o desenvolvimento de competências técnicas alinhadas à responsabilidade social e à integridade científica.



Conforme discute Bianchetti (2018), a institucionalização do lema “publique, apareça ou pereça” nas universidades tem acentuado a pressão sobre docentes e pós-graduandos, impulsionando uma cultura de produtivismo acadêmico. Nesse contexto, a publicação torna-se critério central para progressão na carreira, muitas vezes em detrimento da qualidade e da integridade científica. A ênfase excessiva na quantidade de artigos pode levar à banalização da produção acadêmica, comprometendo a originalidade, fomentando práticas questionáveis como o autoplágio, a fragmentação artificial de resultados e a coautoria indevida.

Esse ambiente competitivo, movido por métricas institucionais e rankings, distorce o propósito da pesquisa e afeta diretamente a ética na produção científica. O uso inadequado de ferramentas de IA, por exemplo, pode agravar esse cenário, oferecendo atalhos para a escrita acadêmica sem a devida responsabilidade intelectual. Diante disso, se faz necessário reforçar a formação crítica de pesquisadores e incentivar o uso ético e transparente da IA. Nesse processo, as bibliotecas universitárias assumem papel estratégico como espaços formadores, capazes de articular normativas, práticas pedagógicas e instrumentos de apoio à integridade científica. Neste contexto, por se tratar de uma biblioteca universitária, este trabalho visa tornar-se um dos serviços especializados voltados para a academia (Bianchetti, 2018).

1.1 INOVAÇÃO E A RESPONSABILIDADE: A IA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E A LEI DE DIREITOS AUTORAIS

O avanço acelerado da IA tem impactado a prática científica global, introduzindo novas ferramentas de apoio à pesquisa, desde motores de busca mais sofisticados até geradores de textos e imagens. No Brasil, o tema ainda caminha na regulamentação específica, mas já existe marco legal, como o **PL 2.338/2023**, que ainda não resolve a questão da autoria e responsabilidade autoral.

A análise da LDA brasileira frente ao uso da IA ainda necessita de construção no campo jurídico, mas já permite destacar alguns pontos críticos, especialmente em relação à possível responsabilização por uso indevido de obras protegidas por esses sistemas. A crescente integração da IA em atividades de criação, edição e



disseminação de conteúdo levanta questionamentos sobre a autoria, a reprodução de obras e os limites da utilização de material protegido por direitos autorais.

A LDA protege obras intelectuais fixadas em qualquer meio, como textos científicos e literários, publicações acadêmicas e demais produções originais. Ela assegura ao autor tanto direitos morais, como o reconhecimento de autoria, quanto patrimoniais, como o direito de explorar economicamente sua obra (Brasil, 1998).

Alguns dispositivos da LDA são especialmente relevantes para a discussão sobre IA. O **artigo 7º** define o que são obras protegidas, abrangendo expressamente as obras literárias e científicas. O **artigo 22º** reconhece os direitos do autor sobre sua criação. Já o **artigo 29º** trata da necessidade de autorização prévia e expressa do titular para reprodução, edição ou adaptação da obra. Por outro lado, o **artigo 46º** estabelece exceções, permitindo, por exemplo, o uso de trechos de obras para fins didáticos, desde que acompanhados de citação e atribuição apropriadas. (Brasil, 1998).

Importante observar que, segundo a legislação brasileira, não é necessário registrar a obra para que ela esteja protegida. A proteção se dá automaticamente a partir do momento em que a criação é fixada em um suporte tangível. Assim, mesmo conteúdos reproduzidos por ferramentas de IA podem estar sujeitos à proteção legal se forem baseados em obras de terceiros, tornando necessária a discussão sobre responsabilidade e ética no uso dessas tecnologias.

Com a aprovação no Senado do Projeto de **Lei 2.338/2023**², que regula o uso da IA no Brasil, o debate sobre direitos autorais assume novos contornos. O projeto, agora em análise na Câmara dos Deputados, estabelece princípios para o uso responsável da IA, incluindo proteção a direitos fundamentais, transparência e responsabilização por danos, aspectos diretamente relacionados ao uso de obras protegidas. (BRASIL, 2023)

Embora a LDA brasileira preceda o surgimento da IA generativa, ela continua sendo a base para proteção de obras intelectuais, exigindo autorização prévia para reprodução ou adaptação. A crescente adoção de IA capaz de gerar textos e imagens levanta dúvidas sobre a responsabilidade pelo uso indevido de conteúdos protegidos, seja do desenvolvedor ou do usuário.

² Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2868197&filename=PL%202338/2023. Acesso em: 20 ago. 2025.



O projeto de lei propõe classificação da IA por nível de risco e maior transparência, incluindo a obrigatoriedade de declarar quando um conteúdo é gerado ou influenciado por IA. Assim, torna-se urgente alinhar a legislação autoral com as normas sobre IA para proteger autores e incentivar o uso ético dessas tecnologias.

Ferramentas como *ChatGPT* e *Google Bard* ampliam o acesso e a geração de conteúdos, mas também aumentam os riscos de infrações à LDA, como plágio e uso não autorizado. Atualmente, o Brasil ainda não possui normas específicas sobre autoria e responsabilidade em obras geradas por IA, mas o tema está em debate no meio jurídico e acadêmico.

Por fim, exemplos práticos ilustram os riscos do uso indevido de IA na pesquisa acadêmica, evidenciando a necessidade de regulamentação e boas práticas para garantir integridade e respeito aos direitos autorais.

Quadro 1- Exemplos de riscos e cuidados no uso de IA com base na LDA

Situação	Descrição	Risco legal/ético
Reprodução de trechos sem citação	IA inclui partes de textos acadêmicos protegidos sem indicar a fonte	Violação de direitos autorais e quebra de integridade acadêmica
Plágio disfarçado	Parafrasear conteúdo sem citação	Sanção acadêmica ou judicial
Geração de textos "autônomos" plagiados	Estudante usa IA para gerar artigo com ideias não atribuídas	Plágio e possível fraude acadêmica
Criação de resumos com uso indevido de obras	Ferramenta resume capítulo de livro sem autorização do autor/editora	Uso indevido e possível infração patrimonial
Tradução automática com uso comercial	Texto traduzido por IA de obra protegida é publicado sem licença	Infringe direitos de reprodução e adaptação
Treinamento de IA com base em acervos fechados	Base de dados protegida é usada para treinar modelos de IA	Pode configurar uso indevido de obras sem autorização

Fonte: Produzido pela Autora

Descrição: Apresenta exemplos de riscos legais e éticos no uso indevido da IA na pesquisa, como reprodução sem citação, plágio disfarçado, geração de textos não atribuídos, resumos não autorizados e uso comercial indevido de traduções.

A ausência de uma regulamentação específica na LDA sobre o uso da IA, aliada à crescente sofisticação dessas ferramentas, exige atenção das instituições de ensino, pesquisadores e legisladores. O uso ético e legal da inteligência artificial na produção científica deve ser pauta constante nas discussões sobre integridade acadêmica e inovação responsável.

Os autores Sampaio, Sabbatini e Lomongi (2024) orientam, em seu livro, o uso consciente da IA no contexto acadêmico, propondo desmistificar tanto o entusiasmo



exagerado em torno da tecnologia quanto os receios infundados, com foco no equilíbrio entre inovação e responsabilidade. Entre os principais temas abordados estão os mecanismos de funcionamento da IA generativa, os possíveis vieses e limitações psicológicas e técnicas, além dos desafios para manter a integridade acadêmica e a proteção de dados, sempre preservando o protagonismo humano nas decisões.

Os autores exploram os múltiplos usos da IA ao longo das etapas da pesquisa acadêmica: desde a fase inicial de geração de ideias e levantamento bibliográfico, até a escrita, análise de dados, programação, transcrição, tradução, avaliação por pares e identificação de conteúdo artificial. A proposta é que essas ferramentas sejam utilizadas como apoio à atividade intelectual, mas sempre com consciência crítica sobre seus limites e implicações. O material reforça que, mesmo com a crescente sofisticação das tecnologias, a responsabilidade sobre o conteúdo final deve permanecer com os autores humanos. (Sampaio, Sabbatini e Lomongi 2024)

Além disso, os autores defendem a construção de uma “cultura de IA” nas instituições de ensino e pesquisa, pautada por valores como transparência, integridade, responsabilidade e equidade. Recomenda-se que o uso da IA; seja para redigir, traduzir, coletar ou analisar dados; seja declarado de forma explícita, e que os resultados sejam cuidadosamente revisados por humanos. Essa abordagem preventiva é apresentada como necessária para garantir que a IA seja uma aliada qualificada no processo científico, sem comprometer a autoria, a originalidade e a confiabilidade da produção acadêmica.

Quadro 2- Cenários práticos de uso indevido da IA na pesquisa acadêmica

Situação	Uso indevido exemplificado	Riscos
Resumos automáticos sem revisão	IA resume artigo e resulta em omissão ou distorção de ideias importantes	Perda de precisão e eventual plágio conceitual
Auxílio em redação sem transparência	Pesquisador não declara uso da IA em introdução ou discussão	Violação de ética acadêmica e falha na atribuição de autoria humana
Tradução não verificada de trechos	Texto traduzido por IA sem revisão acurada	Erros conceituais, distorções e possível infração de direitos autorais
Geração de código para análise de dados	IA cria scripts sem validação ou compreensão técnica pelo pesquisador	Resultados errôneos e falta de confiabilidade metodológica
Detecção de IAG sem uso responsável	Instituição implementa detector sem supervisionar falsos positivos	Injusta desconfiança sobre autoria e estigma contra pesquisadores

Fonte: Produzido pela Autora

Descrição: A tabela apresenta cinco exemplos de uso indevido da IA na pesquisa acadêmica, incluindo resumos automáticos sem revisão, uso não declarado, traduções imprecisas, geração de

código sem validação e detecção sem supervisão. Destaca os riscos de plágio, erros conceituais, falhas éticas e injustiças na avaliação de autoria.

Quadro 3 - Boas práticas no uso de IA ao longo da pesquisa

Etapas da pesquisa	Boas práticas recomendadas
Revisão bibliográfica	Verificar a existência, autoria e confiabilidade das fontes indicadas pela IA.
Produção textual	Declarar o uso da IA em sugestões de escrita, tradução ou revisão; revisar integralmente o conteúdo.
Imagens e gráficos	Usar apenas imagens com licença aberta ou de autoria própria; evitar violação de direitos autorais.
Análise de dados	Registrar ferramentas e versões utilizadas; garantir que a análise seja replicável e transparente.
Submissão do trabalho	Indicar o uso de IA na seção de metodologia, agradecimentos ou declaração de responsabilidade.

Fonte: Produzido pela Autora

Descrição: A tabela apresenta cinco etapas da pesquisa com orientações para o uso ético da IA: revisão bibliográfica, produção textual, imagens e gráficos, análise de dados e submissão. Destaca a importância de verificar fontes, declarar uso da IA, respeitar direitos autorais e garantir transparência e reprodutibilidade.

A partir desse contexto, podemos afirmar que a tecnologia pode potencializar a pesquisa, desde que acompanhada de supervisão humana rigorosa, transparência nas atividades realizadas e validação crítica dos resultados gerados.

1.2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E O ENSINO DE BOAS PRÁTICAS

As bibliotecas universitárias ocupam um papel estratégico na promoção do uso ético e responsável da IA na pesquisa e no ensino. Muito além de centros de acesso a recursos bibliográficos, essas instituições se consolidam como espaços formativos que orientam a comunidade acadêmica sobre as boas práticas no uso da informação, especialmente diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias. Ao oferecerem treinamentos sobre normas de citação, uso correto de fontes, identificação de plágio e respeito à propriedade intelectual, as bibliotecas colaboram diretamente para a construção de uma cultura de integridade acadêmica. Nesse contexto, o ensino sobre IA generativa se torna mais uma frente de atuação, em que bibliotecários podem apoiar estudantes e docentes a compreenderem os limites legais e éticos do uso dessas ferramentas.

Segundo Gulka (2020), as bibliotecas universitárias exercem um papel educativo, alinhando-se à missão institucional de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão. Esse papel ganha ainda mais relevância diante do uso crescente da IA nas



práticas acadêmicas, como na redação de textos, tradução, busca bibliográfica ou análise de dados. A atuação das bibliotecas na curadoria de conteúdos, na orientação para o uso consciente de bases de dados e na mediação de recursos tecnológicos fortalece a capacidade crítica dos pesquisadores e garante que a integração da IA ao trabalho acadêmico ocorra com responsabilidade, transparência e supervisão humana.

Além disso, as bibliotecas contribuem ativamente para o desenvolvimento de políticas institucionais relacionadas à ética na pesquisa e ao uso de novas tecnologias. Participam da formulação de códigos de conduta, colaboram com comissões de integridade científica e promovem oficinas, guias e atendimentos individualizados sobre as implicações legais do uso de ferramentas digitais, como a IA generativa. Ao se adaptarem continuamente às transformações tecnológicas, essas instituições garantem que o ecossistema acadêmico evolua com qualidade, ética e responsabilidade, reafirmando seu papel na formação de pesquisadores conscientes e preparados para os desafios contemporâneos.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em uma pesquisa experimental com abordagem de estudo de caso, centrada na disciplina *Seminários*, oferecida pelo Instituto de Geociências da UNICAMP (IG) desde 2021. Trata-se de uma disciplina de pós-graduação voltada à discussão de aspectos teóricos e práticos relacionados à estruturação de projetos de pesquisa e à redação de artigos científicos. O desenvolvimento da atividade nesse contexto acadêmico contribuiu de forma significativa para a contextualização, fundamentação e aprofundamento crítico do presente estudo.

Nesse contexto, a Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) passou a integrar ativamente a proposta pedagógica da disciplina, atuando em parceria com o docente na sala de aula. A colaboração envolve a apresentação de conteúdos fundamentais relacionados à integridade acadêmica, como ética na pesquisa, políticas institucionais de boas práticas, plágio, citação adequada, autoria responsável, uso de inteligência artificial, lei de direitos autorais e ferramentas de verificação de similaridade textual.



As aulas são oferecidas em formato híbrido, permitindo a participação presencial e remota por meio da plataforma *Google Meet*. A interação contínua com os estudantes ocorre por meio do *Google Classroom*, que é utilizado para o envio de materiais didáticos, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades. Esse ambiente virtual favorece o acompanhamento sistemático e o suporte constante aos alunos matriculados, promovendo uma experiência de aprendizagem integrada e alinhada com as demandas contemporâneas da formação científica.

Além da abordagem teórica, a disciplina conta com uma aula prática voltada à apresentação e uso da ferramenta Turnitin³. Nessa etapa, os alunos submetem versões preliminares de seus trabalhos de pesquisa para análise de similaridade textual. Eles aprendem a interpretar o Relatório de Verificação de Escrita Original gerado pelo sistema, o que possibilita a identificação de trechos semelhantes a outras publicações. A prática contribui para a correção de citações inadequadas e para o aprimoramento da redação acadêmica, reforçando a integridade e a qualidade dos trabalhos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência desenvolvida na disciplina, que está sob responsabilidade do Professor Doutor Wanilson Luis Silva, demonstra o impacto positivo da integração entre a biblioteca universitária e o ensino de boas práticas de pesquisa, especialmente no contexto do uso ético da IA. A colaboração com a BCCL tem permitido abordar de forma aprofundada temas fundamentais como ética na pesquisa, autoria responsável, plágio, citação, direitos autorais e, mais recentemente, o uso de ferramentas baseadas em IA na produção acadêmica. Essa aproximação entre biblioteca e sala de aula oferece aos estudantes não apenas informações teóricas, mas também instrumentos práticos para refletir sobre o uso adequado das tecnologias na elaboração de pesquisas. A introdução do tema da IA generativa tem proporcionado aos alunos uma perspectiva crítica sobre seus benefícios e riscos. Nas aulas, os estudantes são orientados sobre como essas tecnologias podem ser utilizadas de forma responsável, com ênfase na necessidade de supervisão humana, transparência quanto ao uso da IA e atenção às normas de citação e integridade acadêmica. A discussão em torno desses

³ **Turnitin:** Software de verificação de similaridade textual



temas, possibilita a contextualizar os limites legais e éticos do uso dessas ferramentas, promovendo uma atuação mais consciente por parte dos pesquisadores.

Os dados obtidos durante a disciplina evidenciam o impacto dessa abordagem integrada. No início do semestre, os índices de similaridade textual dos trabalhos submetidos ao Turnitin variavam entre **15%** e **56%**, refletindo práticas ainda pouco amadurecidas no uso das fontes. Após as atividades teóricas e práticas, incluindo o debate sobre IA e o uso da ferramenta de verificação de similaridade, observou-se uma redução expressiva nesses índices, atingindo entre **1%** e **7%** ao final do semestre. Isso representa uma melhoria de **93,33%** no menor índice e de **87,5%** no maior, demonstrando que a combinação de formação técnica, ética e crítica, com foco no uso adequado da informação e da tecnologia, resulta em ganhos significativos na qualidade e originalidade dos trabalhos acadêmicos. Essa experiência, já consolidada no IG, representa um modelo eficaz que pode ser estendido a outras unidades da UNICAMP, fortalecendo a cultura institucional de pesquisa ética e inovadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida na disciplina evidencia a relevância de integrar as bibliotecas universitárias ao processo formativo dos estudantes de pós-graduação, especialmente no que se refere ao ensino de boas práticas de pesquisa e ao uso ético de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial generativa. A atuação conjunta entre docente e biblioteca resultou em um ambiente pedagógico enriquecedor, que não apenas orienta os discentes quanto às exigências acadêmicas formais, mas também promove o pensamento crítico e a responsabilidade ética na produção do conhecimento.

Ao incorporar temas como ética na pesquisa, plágio, direitos autorais, autoria responsável e uso consciente da IA, a disciplina demonstrou que a formação acadêmica de qualidade exige mais do que domínio técnico-científico: demanda também um compromisso com a integridade intelectual. Os resultados obtidos ao longo do semestre, com a expressiva redução dos índices de similaridade textual, revelam o impacto positivo dessa metodologia ativa e integrada, que articula teoria, prática e reflexão ética. A partir dessa experiência, destaca-se o potencial de expansão



dessa abordagem para outras disciplinas e áreas do conhecimento dentro da universidade. As bibliotecas, ao se posicionarem como parceiras estratégicas no ensino e na pesquisa, contribuem diretamente para o fortalecimento de uma cultura acadêmica ética, crítica e adaptada às novas realidades tecnológicas. Assim, reafirma-se a importância de iniciativas institucionais que reconheçam o papel das bibliotecas como agentes formadores na era da inteligência artificial. Essa abordagem preventiva é apresentada como estratégia para garantir que a IA seja uma aliada qualificada no processo científico, sem comprometer a autoria, a originalidade e a confiabilidade da produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; ZUIN, A. Á. S.; FERRAZ, O. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrada e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2018. 203 p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n. 2.338, de 20 de julho de 2023**. Estabelece normas gerais para o desenvolvimento, a implementação e o uso da inteligência artificial no Brasil. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2868197&filename=PL%202338/2023. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.610/1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Editora Intercom, 2024.

TEIXEIRA, M. P.; SILVA, W. L. da. O impacto e a importância da biblioteca universitária no ensino de boas práticas de pesquisa. **SIMTEC – Simpósio dos Profissionais da UNICAMP**, Campinas, n. 9, Eixo 2, p. e0240210, 2024. DOI: 10.20396/simtec.n9.11438. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/simtec/article/view/11438>. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. **Deliberação CONSU-A-049/2020, de 06/10/2020**. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/23868/0>. Acesso em: 20 jun. 2025.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. **Instruções para elaboração de projetos de pesquisa.** 2021. Disponível em: https://prpg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2021/08/ccpg_in_2021_003_20210811.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.